

Aspectos da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública

Oscar Valente Cardoso*

No dia 23 de junho de 2010 entrou em vigor a Lei 12.153/2009, que instituiu os Juizados Especiais da Fazenda Pública nos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios.

Assim, existem no Brasil quatro leis diferentes sobre o rito processual dos Juizados Especiais: a) a Lei 9.099/1995, na Justiça Estadual; b) a Lei 10.259/2001, na Justiça Federal; c) a recente Lei 12.153/2009, dos Juizados da Fazenda Pública nos Estados, DF, Territórios e Municípios; d) e o Código de Processo Civil, que incide subsidiariamente sobre todas as leis anteriores.

Pretende-se realçar brevemente alguns aspectos da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

Enquanto nos Juizados Especiais Estaduais existe limitação a causas de menor complexidade (art. 3º, *caput*, da Lei 9.099/1995) e o autor pode optar pelo seu rito ou pelas vias ordinárias, nos Juizados Especiais Federais Cíveis a competência é absoluta nas causas com valor de até 60 salários-mínimos (art. 3º da Lei 10.259/2001), independentemente de seu objeto ou sua dificuldade. Nesse sentido, prevê a Súmula 25, das Turmas Recursais de São Paulo, que “a competência dos Juizados Especiais Federais é determinada unicamente pelo valor da causa e não pela complexidade da matéria (art. 3º da Lei 10.259/2001)”.

Mesmo diante do previsto no art. 277, § 5º, do CPC, que admite a conversão do procedimento sumário para o ordinário em virtude da necessidade de realização de prova técnica de maior complexidade, os Juizados Especiais Federais mantêm sua competência independentemente da prova a ser produzida. Diversamente da Lei 9.099/1995, na qual o conceito de menor complexidade abrange o valor (40 salários-mínimos) e a matéria (listadas no art. 3º, II a IV, independentemente de seu valor), a Lei 10.259/2001 fixou a competência somente com fundamento no valor da causa.

Igual raciocínio se aplica à Lei 12.153/2009, tendo em vista que seu art. 2º possui redação similar ao art. 3º da Lei 10.259/2001, determinando a competência

absoluta dos Juizados Especiais da Fazenda Pública nas causas com valor de até 60 salários-mínimos, independentemente de seu objeto ou da complexidade da matéria:

É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários-mínimos.

Contudo, essa regra possui exceções, previstas no § 1º do art. 2º. Os Juizados Especiais da Fazenda Pública não possuem competência para processar, conciliar e julgar: (a) mandados de segurança (art. 2º, § 1º, I); (b) ações de desapropriação (ainda o inciso I); (c) ação de divisão e demarcação (inciso I); (d) ação popular (inciso I); (e) ação de improbidade administrativa (inciso I); (f) execuções fiscais (inciso I); (g) demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos (inciso I); (h) causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas (art. 2º, § 1º, II); (i) e ações que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares (art. 2º, § 1º, III).

Entre as diferenças legais, verifica-se que, ao contrário dos JEF Cíveis, os Juizados Especiais da Fazenda Pública são competentes para pedido de anulação ou cancelamento de ato administrativo (matéria vedada pelo art. 3º, § 1º, III, da Lei 10.259/2001).

Destaca-se também que a Lei 12.153/2009 não possui restrição expressa quanto aos direitos ou interesses individuais homogêneos. A redação originária da lei incluía esses direitos na vedação do art. 2º, § 1º, I, porém, foi posteriormente modificada (com a exclusão) na Comissão de Constituição e Justiça na Câmara dos Deputados. Logo, questiona-se: isso possibilita a propositura dessas ações nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, mantendo-se a vedação somente quanto aos direitos coletivos e difusos? Considerando a limitação à capacidade de ser parte, essa exclusão pelo legislador em nada afeta a competência, tendo em vista que só são permitidas ações individuais.

Em síntese, existem cinco requisitos a ser observados nos processos dos Juizados Especiais da

* Juiz Federal Substituto do JEF Cível de Lages/SC (4ª Região). Mestre em Direito e Relações Internacionais pela UFSC. Especialista em Direito Público, em Direito Constitucional, em Direito Processual Civil e em Comércio Internacional.

Fazenda Pública, sendo os três primeiros objetivos (art. 2º) e os dois restantes subjetivos (art. 5º): (a) causas de competência da Justiça Estadual, evidentemente; (b) o valor da causa não deve ultrapassar os 60 salários-mínimos; (c) mesmo que não se ultrapasse o valor de alçada, a matéria não deve estar listada nas exceções do § 1º do art. 2º; (d) somente podem ser autores as pessoas naturais, microempresas e empresas de pequeno porte (art. 5º, I); (e) e no polo passivo são legitimados os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e

empresas públicas a eles vinculadas (art. 5º, II) (salvo exceções de litisconsórcio passivo necessário, como será visto no tópico destinado ao litisconsórcio ativo e passivo)¹.

¹Essa questão, e as demais tratadas neste artigo, são abordadas com profundidade em: CARDOSO, Oscar Valente. *Juizados Especiais da Fazenda Pública* (Comentários à Lei 12.153/2009). São Paulo: Dialética, 2010.